



**SILVA CASTRO
FRANCO PIN**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Informativo 24/2023
ESTATUTO NACIONAL DE SIMPLIFICAÇÃO DE
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS ACESSÓRIAS

0 No dia 2 de agosto, foi publicada a lei complementar nacional 199/2023. Ela está transcrita* ao final deste informativo, com negritos. Seguem comentários.

1 Primeiro - As “leis complementares” aprovadas pelo Congresso Nacional são consideradas não somente “federais” e, sim, “nacionais”. Isso porque são obrigatórias não apenas para a União Federal; também para todos os estados e todos os municípios. Outras conhecidas leis desse tipo são o Código Tributário Nacional e o Estatuto da Pequena Empresa (Simples Nacional, lei complementar 123/2006).

2 Segundo - A nova lei é destinada, principalmente, aos profissionais de contabilidade, advogados tributaristas, gestores financeiros etc. No entanto, pelo menos um ponto chama atenção de empreendedores. Trata-se do art. 2. Ele facilita bastante o compartilhamento de dados entre União Federal, estados e municípios com objetivo de combater sonegação.

3 Terceiro - Assim como a Reforma Tributária (ver nosso informativo 3/2023), a nova lei aumenta poderes da União Federal e diminui poderes dos estados e municípios.

4 Quarto - A nova lei não cria nem altera direito ou obrigação para os contribuintes; apenas aumenta poderes e concentração de órgãos tributários.

5 Quinto - Tradicionalmente a legislação exige que os contribuintes (especialmente pessoas jurídicas) calculem os seus tributos e paguem o que consideram de acordo com as leis. Se tais pagamentos estiverem menores que o devido, os governos buscam correção mediante fiscalização posterior. Leis como a nova 199/2023 buscam pré-calcular os valores devidos pelos contribuintes. A ideia é aproximar impostos como ISS (Imposto Sobre Serviços) de impostos como IPTU (Imposto sobre Propriedade Imobiliária

Urbana). Dessa maneira, haveria cada vez menos flexibilidade para o contribuinte.

6 Sexto - A nova lei vai na tendência de obtenção de mais dados por parte das autoridades tributárias, inclusive mediante convênios com entidades financeiras.

7 Sétimo - A partir dessa lei, surgirão regulamentações; manteremos todos informados, como de costume.

8 Oitavo - A nova lei mostra que é recomendável que cada grupo econômico / familiar estude / conheça, em 2023, como se preparar e planejar o futuro, especialmente para sucessão.

Para o que for preciso, estamos sempre à disposição.

Brasília, 13 de agosto de 2023.

Henrique de Mello Franco
OAB-DF 23.016

Valério Alvarenga M. de Castro
OAB-DF 13.398

* Lei complementar nacional 199/2023 - *LEI COMPLEMENTAR Nº 199, DE 1º DE AGOSTO DE 2023*

Institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias; e dá outras providências.

CAPÍTULO I - DO ESTATUTO NACIONAL DE SIMPLIFICAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS ACESSÓRIAS

Art. 1º Esta Lei Complementar institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias, em observância ao disposto na alínea “b” do inciso III do caput do art. 146 da Constituição Federal, com a finalidade de diminuir os custos de cumprimento das obrigações tributárias e de incentivar a conformidade por parte dos contribuintes, no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere à:

I - emissão unificada de documentos fiscais eletrônicos;

II - (VETADO);

III - (VETADO);

IV - utilização dos dados de documentos fiscais para a apuração de tributos e para o fornecimento de declarações pré-preenchidas e

respectivas guias de recolhimento de tributos pelas administrações tributárias;

V - facilitação dos meios de pagamento de tributos e contribuições, por meio da unificação dos documentos de arrecadação;

VI - unificação de cadastros fiscais e seu compartilhamento em conformidade com a competência legal;

VII - (VETADO).

*§ 1º Para a emissão unificada de documentos fiscais eletrônicos referida no inciso I do caput deste artigo, considerar-se-ão os sistemas, as legislações, os regimes especiais, as dispensas e os sistemas fiscais eletrônicos existentes, **de forma a promover a sua integração**, inclusive com redução de custos para os contribuintes.*

§ 2º O Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias objetiva a padronização das legislações e dos respectivos sistemas direcionados ao cumprimento de obrigações acessórias, de forma a possibilitar a redução de custos para as administrações tributárias das unidades federadas e para os contribuintes.

§ 3º (VETADO).

§ 4º (VETADO).

§ 5º Esta Lei Complementar não se aplica às obrigações tributárias acessórias decorrentes dos impostos previstos nos incisos III [Imposto de Renda] e V [Imposto Sobre Operações Financeiras] do caput do art. 153 da Constituição Federal.

Art. 2º As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderão compartilhar dados fiscais e cadastrais, sempre que necessário para reduzir obrigações acessórias e aumentar a efetividade da fiscalização.

Parágrafo único. É autorizada a solicitação devidamente motivada de autoridade administrativa ou de órgão público para confirmação de informação prestada por beneficiário, inclusive de pessoa relacionada, de ação ou de programa que acarrete despesa pública.

Art. 3º As ações de simplificação de obrigações tributárias acessórias serão geridas pelo Comitê Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias (CNSOA), vinculado ao Ministério responsável pela Fazenda Pública Nacional, composto dos seguintes membros:

I - 6 (seis) representantes da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, como representantes da União;

II - 6 (seis) representantes dos Estados e do Distrito Federal;

III - 6 (seis) representantes dos Municípios; e

IV - (VETADO).

§ 1º Ao CNSOA compete:

I - instituir e aperfeiçoar os processos de que tratam os incisos I, II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 1º desta Lei Complementar, bem como quaisquer obrigações acessórias, com a definição de padrões nacionais;

II - (VETADO).

§ 2º O disposto neste artigo não impede que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponham sobre as obrigações tributárias acessórias relativas aos tributos de sua competência, ressalvada a obrigação de cumprir o disciplinado pelo CNSOA.

§ 3º O CNSOA será presidido e coordenado por representante da União indicado pelo Ministério responsável pela Fazenda Pública Nacional.

§ 4º A escolha dos membros do CNSOA dar-se-á por:

I - indicação do Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, quanto aos 6 (seis) representantes desse órgão que comporão o Comitê;

II - indicação dos Secretários de Fazenda, Finanças e Tributação dos Estados e do Distrito Federal, quanto aos 6 (seis) representantes dos Estados e do Distrito Federal que comporão o Comitê, mediante reunião deliberativa no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz);

III - indicação, por meio de entidade representativa das Secretarias de Finanças ou Fazenda das Capitais, quanto a 3 (três) dos representantes municipais que comporão o Comitê;

IV - indicação, por meio de entidade da Confederação Nacional de Municípios (CNM), quanto a 3 (três) dos representantes municipais que comporão o Comitê; e

V - (VETADO).

§ 5º As indicações ao CNSOA deverão ser de representantes titulares e suplentes, respectivamente.

§ 6º As entidades de representação referidas no § 4º deste artigo serão aquelas regularmente constituídas pelo menos 1 (um) ano antes da publicação desta Lei Complementar.

§ 7º O mandato dos membros do CNSOA será de 2 (dois) anos, permitidas reconduções, observado o disposto no § 4º deste artigo.

§ 8º A participação dos representantes no CNSOA será considerada serviço público relevante, não remunerado.

§ 9º O CNSOA elaborará seu regimento interno, aprovado pela maioria absoluta de seus membros, que disporá sobre seu funcionamento.

§ 10. O quórum de aprovação do CNSOA será de 3/5 (três quintos) dos seus membros quando a votação tratar de disciplinar assuntos de sua competência delimitados no art. 1º desta Lei Complementar.

§ 11. As deliberações do CNSOA, salvo as de mera organização interna, serão precedidas de consulta pública, em conformidade com o art.

29 do Decreto-Lei n° 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

CAPÍTULO II - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 4° A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão de forma integrada e poderão ter acesso às bases de dados dos documentos fiscais eletrônicos, das declarações fiscais, do RCU [Registro Cadastral Único], dos documentos de arrecadação e dos demais documentos fiscais que vierem a ser instituídos, na forma disciplinada pelo CNSOA.

*Parágrafo único. O CNSOA [Comitê Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias] **terá como objetivo a automatização da escrituração fiscal de todos os tributos abrangidos por esta Lei Complementar**, com mínima intervenção do contribuinte, gerada a partir dos documentos fiscais eletrônicos por ele emitidos.*

Art. 5° Observado o § 5° do art. 1°, o disposto nesta Lei Complementar aplica-se a todos os tributos, mesmo os que venham a ser instituídos após sua publicação.

Art. 6° (VETADO).

Art. 7° Cabe ao Poder Executivo federal adotar as medidas necessárias para o CNSOA executar as atividades definidas nesta Lei Complementar.

Art. 8° (VETADO).

Art. 9° O disposto nesta Lei Complementar não afasta o tratamento diferenciado e favorecido dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte e ao microempreendedor individual optantes pelo regime do Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, e das legislações correlatas.

Art. 10. (VETADO).

Art. 11 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.